



SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL REVISADO

pelo Núcleo de Redação Legislativa,
nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal

PROJETO DE LEI Nº 710, DE 2024, do Senador Marcos do Val

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV), para aperfeiçoar os mecanismos de gestão e segurança das rodovias brasileiras.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV), para aperfeiçoar os mecanismos de gestão e segurança das rodovias brasileiras.

Art. 2º A Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12

§ 1º A implantação, a operação, a manutenção, a restauração ou a reposição, a adequação de capacidade e a ampliação de componentes das rodovias federais deverão adotar sistemas de gestão de qualidade e de gestão de segurança rodoviária certificados.

§ 2º A gestão das rodovias federais deverá implantar canais de ouvidoria que permitam aos cidadãos e aos usuários relatarem problemas e irregularidades na administração e na manutenção das rodovias exploradas por entes públicos ou privados.

§ 3º A União certificará, até 2050, a gestão e a segurança de todas as rodovias federais pavimentadas.” (NR)

“Art. 38.

.....

§ 1º A implantação, a operação, a manutenção, a restauração ou a reposição, a adequação de capacidade e a ampliação de componentes das rodovias dos Estados e do Distrito Federal deverão adotar sistemas de gestão de qualidade e de gestão de segurança rodoviária certificados.

§ 2º A gestão das rodovias dos Estados e do Distrito Federal deverá implantar canais de ouvidoria que permitam aos cidadãos e aos usuários relatarem problemas e irregularidades na administração e na manutenção das rodovias exploradas por entes públicos ou privados.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal certificarão, até 2060, a gestão e a segurança de todas as rodovias estaduais e distritais duplicadas pavimentadas.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.